

## **Afro-descendência, nova categoria política e novo espaço do activismo anti-racista negro?**

No Portugal contemporâneo, a marginalização social, económica e política a que está vetada a comunidade negra e de ascendência africana inscreve-se numa continuidade histórica, fazendo dela a vítima privilegiada do racismo no país.

Esta continuidade histórica, que remonta à Escravatura e ao Colonialismo, também se traduz em subalternidade nas dinâmicas de luta social pela emancipação e na gestão política da agenda da igualdade.

Nem o fim do Colonialismo nem o do Fascismo representaram uma rutura ideológica nas políticas de igualdade que garantisse um avanço significativo na melhoria das condições de vida destas comunidades em Portugal.

Nem mesmo a adesão à União Europeia, que acelerou substancialmente o desenvolvimento do país através da sua infraestruturização económica e logística, com as grandes obras públicas, contribuiu para superar as desigualdades que fustigam estas comunidades.

No geral, a comunidade africana e de ascendência africana, que foi a principal mão-de-obra das grandes obras públicas que transformaram económica e socialmente o país e o puseram na rota da coesão com o resto da União Europeia em termos de desenvolvimento económico e social, não beneficiou de melhoria da condição e da qualidade de vida.

Na verdade, esta circunstância tem a ver com uma escolha política que assentou na relegação desta comunidade para a condição de estrangeira, porque a sociedade portuguesa olhou e, culturalmente, continua a olhar para ela como não fazendo parte integral do tecido nacional, apesar de ter substancialmente alterado o mosaico da composição étnico-racial do país.

Aliás, os filhos dos imigrantes africanos nascidos em território nacional, seja por convenção jurídica ou por perceção social e política, foram sempre remetidos para a categoria de estrangeiros no país onde nasceram por causa da filiação originária dos seus pais.

Esta circunstância restringiu imenso a sua possibilidade de almejar a condição de cidadania de pleno direito. A situação de subalternidade cidadã alimentou-se das ditas políticas de igualdade que, na arquitetura jurídico-administrativa

e na gestão política da diversidade étnico-racial, produziram uma barreira real e simbólica contra a afirmação da chamada “segunda geração de imigrantes” enquanto cidadãos nacionais.

A manutenção, por exemplo, do *ius sanguinis* em detrimento do *ius soli* no acesso à nacionalidade portuguesa faz das crianças nascidas em Portugal estrangeiras no seu próprio país.

A segregação escolar, a guetização habitacional, o encarceramento desproporcional, a precariedade laboral, a violência policial e o racismo sistemático que a população negra enfrenta foram e continuam a ser o motor das diversas formas de organização e mobilização social e política das comunidades negras em Portugal.

A chamada “segunda geração de imigrantes” partiu desta circunstância para dar um passo em frente na forma de organização e mobilização em relação às formas tradicionais de organização das comunidades africanas em Portugal. Decidiu não apenas sair do carcão político e jurídico de imigrante para reivindicar uma nova categoria política, a de portugueses Negros e afrodescendentes.

A assunção desta identidade política é obviamente herdeira de um longo património de lutas das comunidades negras, com vários momentos, espaços e formas de mobilização política que sempre esbarraram nas dificuldades de reconhecimento e de identificação por parte da sociedade e das suas instituições.

Na década de 90, através da cultura suburbana, nomeadamente do Hip-hop, Rap Funk e Punk e, no início deste milénio, através de convergências com o movimento social português - que sempre os remeteu para um espaço lacunar -, os jovens negros afrodescendentes procuraram reivindicar o seu lugar na sociedade portuguesa através de várias formas de mobilização.

Ainda assim e, apesar destas tentativas de conquistar o seu lugar na sociedade e nas disputas políticas, as dificuldades de reconhecimento e de aceitação continuaram a crescer. Daí que, de há 10 anos para cá, tenham surgido outros espaços e formas de luta exclusivamente protagonizadas por jovens negros afrodescendentes, completamente autónomos das lógicas tradicionais de organização do movimento social imigrante e nacional.

Estes espaços e formas de luta tentaram não apenas superar os limites das reivindicações minimalistas do movimento social imigrante, inscrevendo-se numa dinâmica de rutura e de elevação dos níveis de confronto político e ideológico sobre o privilégio branco, mas também, ampliar o alcance das suas propostas reivindicativas no jogo político.

A diferença substancial entre as formas tradicionais de organização do movimento social imigrante das primeiras gerações e a dos jovens negros afrodescendentes reside, essencialmente, na transversalidade, formulação, diversidade e a abrangência dos seus objetivos e domínios de luta.

Enquanto o movimento social imigrante tradicional foi condicionado a lutar por direitos mínimos e sectoriais, os afrodescendentes assumem uma agenda ambiciosa que pretende abarcar todas as áreas de intervenção política e social.

O desafio da Afro-descendência, esta nova categoria política na movimentação social e política que se situa entre a identidade e a condição social, assumindo com frontalidade a sua identidade negra na sociedade portuguesa, é o de disputar um novo espaço de ativismo capaz de desafiar os atavismos de uma portugalidade que teima em não reconhecer a sua diversidade.

Da década de 90 até a metade da primeira década deste milénio, a luta antirracista estava confinada no espaço político da extrema-esquerda e um pouco na esquerda tradicional e na social-democracia, sobretudo através das primeiras associações de imigrantes. Os intérpretes maiores deste período foram, sem dúvida, o SOS Racismo, a primeira e a maior organização antirracista, e algumas organizações comunitárias como a Aguinenso, o Moinho da Juventude, a Associação Caboverdiana, a Casa de Angola, a Casa de Moçambique, o Olho Vivo e, mais tarde, a Solidariedade Imigrante.

Nos inícios de 2000, surgem várias organizações de jovens negros nos bairros periféricos das áreas metropolitanas, com maior destaque para a Khapaz, Associação Espaço Jovem, Associação Unida e Cultural da Quinta do Mocho, Associação Cavaleiros de S. Brás, KUTUCA-Associação Juvenil Do Bairro das Faceiras, Centro Cultural Africano de Setúbal e Plataforma Gueto.

Mas a segunda década deste milénio viu surgir ainda mais organizações negras que, com um espectro diversificado de áreas intervenção, vão desde a economia solidária, a produção cultural, passando pela criação artística diversa e heterogénea, pelas questões de identidade, de género e de orientação sexual, até à mobilização política. Pode-se destacar apenas algumas com relevância no espaço público, dentro e e fora das comunidades negras, como a Afrolis, GTO LX – Grupo de Teatro do Oprimido de Lisboa, Djass–Associação de Afrodescendentes, a Femafro-Associação de Mulheres Negras, Africanas e Afrodescendentes em Portugal, Lisboa Griot- Associação Cultural, Movimento Crespas e Cacheadas de Portugal, I Love Carapinha, Roda das Pretas, Queering Style, Movimento Simentis de África, Muvimento Nu Sta Djuntu - Estamos

Juntos, Coletivo Consciência Negra, Tabacaria Tropical, Teatro IBISCO, etc, sem falar dos vários núcleos de estudantes africanos em várias faculdades. O dinamismo deste ativismo negro ultrapassa a tradicional mobilização em torno do racismo e reflecte-se em todo o debate político sobre as desigualdades no país.

É neste contexto que o debate, tanto a nível político como académico, ganhou uma maior visibilidade. Porém, o debate actual sobre a disputa da memória da Escravatura e suas consequências na vida de sujeitos racializados, especialmente negros, permanece marcada por uma relação de poder bastante desfavorável à militância antirracista. Em Portugal, salvo raras e honrosas exceções, o lusotropicalismo canibalizou a debate sobre o racismo anti-Negro e conseguiu impor uma hegemonia cultural e doutrinal sobre o alegado excepcionalismo do colonialismo e do imperialismo português. No entanto, a capacidade de articulação do movimento negro português com outros movimentos a nível nacional e internacional contribuiu grandemente para o alargamento desta articulação e a sua potencialidade de desenclausurar a mobilização em torno da luta contra o racismo. Também na academia ainda existem muitos problemas derivados da quase ausência de negros nos espaços académicos, mas também, da falta de centralidade da questão racial na disputa epistemológica em Portugal.

Entre identidade e condição sociopolítica desafia o Movimento Negro a consolidar o seu espaço na disputa pela reconfiguração da luta política e social. Este desafio passará, entre outros, por:

- Afirmar e consolidar a categoria política de afrodescendente na cena da disputa política e social;
- Denunciar a continuidade histórica da branquitude e as suas consequências no presente;
- Conquistar legitimidade política junto do poder político e do movimento social tradicional, constituindo-se como força de pressão política capaz de influenciar o debate político, ou seja, “tornar-se na sua própria força” e sem tutoria nem procuração política;
- Garantir reconhecimento popular junto das comunidades negras afrodescendentes e saber traduzir este reconhecimento popular na capacidade de mobilização da comunidade negra afrodescendente;
- Afirmar uma agenda transversal que seja capaz de fazer a síntese do património de lutas das comunidades e federar as várias sensibilidades de afirmação da afro-descendência, construindo um movimento negro amplo e forte em Portugal;

- Contribuir para a construção de uma cultura diaspórica que a coloque como interlocutor privilegiado na construção de redes de solidariedade nacional e transnacional entre as comunidades africanas e afrodescendentes.

Da década de 90 até agora, a luta antirracista em Portugal lavrou no erro de confundir antifascismo e antirracismo. Enquanto, academicamente, o lusotropicalismo se foi reciclando, ideologicamente as forças políticas teimam em não assumir a raça como categoria política. Perante este complexo quadro, onde a possibilidade de uma mudança de paradigma se revela ainda muito difícil, o movimento negro tem muito caminho por percorrer. Começou a fazer o mais impor ter peso nas disputas políticas.

MAMADOU BA é Dirigente do SOS Racismo Portugal. Ativista e militante anti-racista, dedica-se à luta pelos direitos humanos dos migrantes e das “minorias étnicas”. É licenciado em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar (Senegal).